

EDITAL DE CREDENCIAMENTO
CREDENCIAMENTO Nº 002/2025

- **OBJETO:** Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas interessadas e devidamente habilitadas para **Credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais, regularmente matriculados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG), para a prestação de serviços técnicos especializados de alienação de bens móveis e imóveis inservíveis ou desafetados de propriedade da Empav, com vigência de até 12 (doze) meses, conforme Anexo II - Termo de Referência - que faz parte deste Instrumento Convocatório.**
- **PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 16.743/2025**
- **RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:** os interessados poderão se inscrever a qualquer tempo a partir do dia 15/12/2025, nos termos e prazo do edital, EXCLUSIVAMENTE, via Protocolo na Plataforma Prefeitura Ágil, endereço eletrônico <https://juizdefora.1doc.com.br/atendimento>.
- **CONSULTAS E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:** Na internet, através do site www.empavjf.com.br e pelo telefone (32) 3215-6499.
- **ESCLARECIMENTOS:** Através do e-mail licitacao@empavjf.com.br.
- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Horário de Brasília.
- **ENDEREÇO E HORÁRIO DE ATENDIMENTO DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES:** Av. Brasil n. 1055, Poço Rico, Juiz de Fora/MG. Horário: das 08h às 11h e das 13h às 17h, em dias úteis.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2025

Acha-se aberto, na Unidade de Licitações da Empav, situada à Av. Brasil, 1055, Bairro Poço Rico, CEP 36.020-110, Juiz de Fora/MG, **CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS PÚBLICOS OFICIAIS, REGULARMENTE MATRICULADOS NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (JUCEMG), PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS INSERVÍVEIS OU DESAFETADOS DE PROPRIEDADE DA EMPAV, INCLUINDO TODOS OS ATOS NECESSÁRIOS À AVALIAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, DIVULGAÇÃO, EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO LEILÃO, DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS, TERMOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E SEUS ANEXOS**, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital. Regem o presente Credenciamento a Lei Federal nº 13.303/2016, observadas as alterações posteriores, Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMPAV, Lei Federal 14.133/2021 no que se refere ao procedimento auxiliar de credenciamento e demais legislações aplicáveis.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Edital o **Credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais, regularmente matriculados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG), para a prestação de serviços técnicos especializados de alienação de bens móveis e imóveis inservíveis ou desafetados de propriedade da Empav**, conforme condições e especificações descritas neste Instrumento e seus anexos.

1.2. O serviço abrange todos os atos necessários à avaliação, organização, divulgação, execução e prestação de contas do leilão, a ser realizado sem ônus financeiro para a Empav.

2. DISPOSIÇÕES GERAIS E CREDENCIAMENTO

2.1. Este Edital de Credenciamento tem vigência de 12 (doze) meses, a contar da sua publicação, objetivando adesão de novos interessados para compor a relação

de credenciados, possibilitando o credenciamento a qualquer tempo, observadas as condições previstas neste instrumento.

2.1.1. O presente edital poderá ser republicado por igual período previsto no item 2.1, por quantas vezes a Empav entender pela necessidade de sua manutenção, mantida suas condições.

2.2. O contrato de credenciamento terá duração de até 12 (doze) meses, a contar da assinatura de ambas as partes, admitida a prorrogação por igual período até o prazo máximo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 71 da Lei nº 13.303/2016.

2.3. Havendo necessidade, a Empav poderá suspender ou efetuar alterações nas regras estabelecidas neste Edital, sendo que neste caso será reeditado e republicado.

2.4. Ao solicitar o seu credenciamento, a pessoa jurídica credenciada declara que concorda com os termos do Credenciamento estabelecidos neste edital e em todos os seus anexos, nos moldes da Lei Federal nº 13.303/2016 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Empav.

2.5. O presente Credenciamento poderá ser revogado a qualquer tempo, a critério da Empav, mediante justificativa, sem prejuízo da continuidade das relações contratuais já estabelecidas.

2.6. Os interessados deverão enviar a documentação pertinente a qualquer tempo a partir do dia **15/12/2025**, nos termos e prazo do edital, **exclusivamente** via Protocolo na Plataforma Prefeitura Ágil, endereço eletrônico <https://juizdefora.1doc.com.br/atendimento>, conforme orientação disposta no ANEXO VII. A medida visa garantir a inclusão do maior número de interessados habilitados pelo período de vigência do credenciamento.

2.7. Na vigência deste credenciamento a Empav, através da Comissão de Credenciamento nomeada por portaria administrativa, receberá pedidos de credenciamento de pessoas físicas e jurídicas especializadas e que tenham experiência comprovada no objeto deste credenciamento, conforme elencado no Termo de Referência, com observância das exigências constantes neste Edital, no que couber, e, na Lei Federal nº 13.303/2016 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMPAV.

2.8. O pedido de credenciamento deverá ser enviado em papel com identificação clara do requerente, devidamente digitado sem emendas, rasuras, entrelinhas, ou

ambiguidade, conforme ANEXO III, instruído com os documentos de habilitação para pré-qualificação solicitados pelo item 4 deste instrumento.

2.9. O pedido de credenciamento deverá ser preenchido, assinado e protocolado na plataforma Prefeitura Ágil, o qual deverá ser recebido pela Comissão de Credenciamento, que confirmará seu recebimento, informando o número sequencial da empresa na **lista de requerentes**.

2.10. A **lista de requerentes** ficará disponível no site da Empav no endereço <https://empavjf.com.br/licitacao>, ou outro, a ser informado pela Comissão de Credenciamento, contendo a lista atualizada de todas as empresas cujos pedidos de credenciamento foram recebidos, com seus respectivos números sequenciais de inscrição e a data e hora em que se inscreveram, que será a data e hora do envio do protocolo inscrito na plataforma Prefeitura Ágil, conforme ANEXO VII.

2.11. O envio do pedido de credenciamento não garante o credenciamento da empresa, apenas servirá para estabelecer a lista de convocação para apresentação dos documentos de habilitação.

2.12. A comunicação com os interessados inscritos será feita através do protocolo inscrito, que estará vinculado ao e-mail do interessado cadastrado na plataforma Prefeitura Ágil.

2.13. A documentação apresentada pela interessada será analisada pela Comissão de Credenciamento, e após análise, caso a empresa atenda aos requisitos de habilitação do Edital será considerada credenciada, sendo incluída, pela Comissão, na **lista de credenciadas**, que seguirá a ordem sequencial estabelecida na **lista de requerentes**.

2.14. Cada credenciada receberá uma numeração, conforme a ordem de seu credenciamento na **lista de credenciadas**, que servirá para definir a ordem de distribuição dos serviços demandados pela Empav.

2.15. A **lista de credenciadas** ficará disponível no site da Empav no endereço <https://empavjf.com.br/licitacao>, ou outro, a ser informado pela Comissão de Credenciamento, contendo a lista atualizada de todas as empresas credenciadas, com seus respectivos números sequenciais de credenciamento e a data e hora da confirmação de credenciamento de cada empresa credenciada.

2.16. Caso não atenda aos requisitos de habilitação e as exigências do Edital, a empresa não será credenciada, devendo a Comissão de Credenciamento analisar a documentação de habilitação da próxima empresa da **lista de requerentes**.

2.17. A empresa que não tiver sua documentação aprovada e não for credenciada, poderá tentar novamente se credenciar, devendo enviar pedido de credenciamento mais uma vez, com emissão de novo número de protocolo conforme ANEXO VII, ocasião em que receberá um novo número sequencial de inscrição, no final da lista.

2.18. Os interessados poderão se inscrever para o credenciamento a qualquer tempo, respeitada a vigência deste Credenciamento.

2.19. É de responsabilidade do interessado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Prefeitura Ágil - <https://juizdefora.1doc.com.br/atendimento> – e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.20. As retificações do Edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os credenciados a tomarem ciência, através de expediente a ser publicado no Diário Oficial do Município de Juiz de Fora e no site da Empav.

2.21. O credenciamento não estabelece qualquer obrigação da **Empav** em efetivar a contratação do serviço, face à sua precariedade e, por isso, a qualquer momento, a credenciada ou a **Empav** poderá renunciar ao credenciamento, inclusive quando for constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste Edital e seus anexos, cujo deferimento, caso seja solicitado pela credenciada, deverá ocorrer no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**.

2.22. O credenciado que desejar iniciar o procedimento de descredenciamento deverá solicitá-lo mediante aviso escrito, com antecedência mínima de **30 (trinta) dias corridos**.

2.23. A apresentação do pedido de descredenciamento não desincumbe a credenciada do cumprimento de obrigações firmadas em contrato e que estejam em execução.

2.24. Para fins de comprovação das informações relativas à proponente, a Comissão de Credenciamento poderá diligenciar a qualquer tempo às proponentes, na forma do art. 108 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Empav, bem como solicitar outros documentos ou a revalidação dos que foram fornecidos.

2.25. As pessoas físicas ou jurídicas credenciadas serão chamadas conforme necessidades e demandas da Empav, conforme item 2.14, em esquema de rodízio.

2.26. Estarão credenciadas a realizar os serviços todas as pessoas físicas e jurídicas que, observadas as exigências deste edital, apresentarem corretamente a documentação exigida.

2.27. A apresentação do pedido de credenciamento vincula a interessada, sujeitando-a integralmente às condições deste Edital, do Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência e da respectiva minuta Contratual.

2.28. Para consulta e conhecimento dos interessados, o Edital estará à disposição no sítio eletrônico da Empresa Municipal de Pavimentação e Urbanidades na Internet, no endereço www.empavjf.com.br, e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

2.29. Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir dúvidas acerca do objeto deste Edital e seus anexos, por escrito, através do e-mail licitacao@empavjf.com.br, não sendo aceito, em nenhuma hipótese, o encaminhamento sob outra forma ou fora do prazo estipulado neste Edital. A resposta será enviada ao interessado também por e-mail e, se tratando de tema de interesse geral, deverá ser publicada no site para conhecimento de todos os interessados neste credenciamento.

2.30. O Edital poderá ser adiado ou revogado por razões de interesse público, ou anulado por razões de ilegalidade, sem que caiba aos credenciados qualquer indenização por esses fatos.

2.31. Não poderão participar direta ou indiretamente deste procedimento os legalmente impedidos por força do que determina o Art. 38º da Lei nº 13.303/2016 e suas alterações.

2.32. Ao protocolar seu pedido de credenciamento, as empresas interessadas aceitam as condições e se obrigam a cumprir todos os termos deste Edital e seus anexos.

3. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

3.1. A execução da prestação de serviço decorrente deste contrato será formalizada pela assinatura do instrumento contratual, conforme ANEXO VIII, entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, com estrita observância das cláusulas específicas de entrega e recebimento dos serviços elencadas no Termo de

Referência.

4. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO

4.1. Os interessados em promover o seu credenciamento junto à Empresa Municipal de Pavimentação e Urbanidades deverão apresentar, juntamente ao pedido de credenciamento encontrado no ANEXO III, os documentos a seguir elencados em formato PDF.

4.2. Documentos relativos à habilitação jurídica:

4.2.1. Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual, e comprovante de inscrição do CNPJ;

4.2.2. Cédula de identidade ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional, no caso de pessoa física.

4.2.3. Declaração subscrita pelo representante legal da proponente de que ela não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando, conforme ANEXO IV:

- a) Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- b) Que não está impedido de transacionar com a Administração Pública;
- c) Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- d) Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 38 da Lei Federal nº 13.303/2016.
- e) E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar à Empresa Municipal De Pavimentação e Urbanidades – Empav a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, tendo como fundamento legal a Lei Federal nº 13.303/2016, a Lei n.º 13.640/2018, e suas alterações.

4.2.4. Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de

14 anos, conforme ANEXO VI;

4.3. Documentos relativos à Regularidade Fiscal:

4.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

4.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

4.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do local onde esteja registrada a matrícula do Leiloeiro, na forma da lei;

4.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do local onde esteja registrada a matrícula do Leiloeiro, na forma da lei;

4.3.4.1 Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários;

4.4. Documentos relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

4.4.1. Certidão negativa de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio do leiloeiro.

4.4.2. Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.

4.5. Documentos relativos à qualificação técnica:

4.5.1. Os documentos de qualificação técnica estão descritos no item 7 do Termo de Referência.

4.6. Não tendo a pessoa jurídica optante pelo credenciamento apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, e na impossibilidade de saneamento, será esta desclassificada, podendo requerer novamente seu cadastramento no período de vigência do edital, momento em que será reavaliada sua solicitação.

4.7. A documentação apresentada será rubricada pela Comissão de Credenciamento, pela Equipe de Apoio e pelos representantes legais presentes e,

após examinada, será anexada ao processo deste credenciamento, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

4.8. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do (a) Credenciado (a), com o número do CNPJ e, preferencialmente, com o endereço respectivo.

4.8.1. Se o (a) Credenciado (a) for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ; ou

4.8.2. Se o (a) Credenciado (a) for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

4.8.3. Se o (a) Credenciado (a) for a matriz e o prestador dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

4.8.4. Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

4.8.5. O não atendimento de qualquer exigência ou condição deste item implicará na inabilitação do prestador de serviço.

5. DO JULGAMENTO DO CREDENCIAMENTO

5.1. As pessoas jurídicas interessadas que atenderem a todos os requisitos previstos neste Edital terão seus requerimentos de Credenciamento submetidos à aprovação e homologação da Diretoria Administrativa e Financeira da Empav, após ouvida a Subdiretoria Jurídica.

5.2. O resultado deste credenciamento será publicado no órgão de imprensa oficial do Poder Executivo Municipal e divulgado no sítio eletrônico da Empresa Municipal de Pavimentação e Urbanidades na Internet, no endereço www.empavjf.com.br, bem como ao longo da vigência do credenciamento serão publicados extratos contendo as informações sobre novos credenciamentos e descredenciamentos.

5.3. O credenciamento não estabelece qualquer obrigação à Empav em efetivar a prestação do serviço, face à sua precariedade e, por isso, a qualquer momento, a credenciada ou a Empav poderão renunciar ao credenciamento, inclusive quando for constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste Edital ou em contrato, cujo deferimento, caso seja solicitado pela credenciada, deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

5.3.1. O requerimento de desc credenciamento por parte da credenciada, conforme disposto na cláusula 5.3, ocorrerá antes da assinatura do contrato. Após referido ato, deverão ser observadas as disposições contidas na legislação aplicável a este edital.

5.4. O (a) credenciado (a) que desejar iniciar o procedimento de desc credenciamento de que trata a cláusula 5.3.1 deverá solicitá-lo mediante aviso por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos.

5.5. A apresentação do pedido de desc credenciamento não desincumbe a credenciada do cumprimento de obrigações firmadas em serviços que estejam em execução.

5.6. Serão credenciadas todas as pessoas jurídicas que atenderem às exigências do Estudo Técnico Preliminar, do Termo de Referência e deste Edital.

5.7. Ocorrendo um empate entre a proposta dos credenciados apresentadas ao mesmo tempo, será realizado sorteio pela CONTRATANTE.

5.8. A data da sessão pública para realização do sorteio será publicada no portal eletrônico da EMPAV e enviada por e-mail com aviso de recebimento às pessoas jurídicas credenciadas.

6. DO DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES E DESCREDENCIAMENTO

6.1. Durante a vigência do credenciamento, o (a) credenciado (a) deverá cumprir contínua e integralmente o disposto neste Edital e seus anexos, mantendo, inclusive, as condições de pré-qualificação.

6.2. O não cumprimento das disposições mencionadas neste Edital e seus anexos, e, subsidiariamente, na Lei Federal nº 13.303/2016 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Empav, poderá acarretar as seguintes penalidades à credenciada, garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis:

- I. Advertência por escrito;
- II. Suspensão temporária do seu credenciamento;
- III. Descredenciamento;
- IV. Multa.

7. DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

7.1. Os credenciados poderão ser chamados após a publicação da homologação e de acordo com as demandas da Empav. A partir disso, dar-se-á início a execução do objeto, que será formalizada mediante a assinatura do instrumento contratual e após a emissão de Ordens de Serviço, com observância do disposto na Lei Federal nº 13.303/2016, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Empav e nas demais condições previstas neste Edital.

7.2. A convocação da credenciada somente ocorrerá por vontade da Empresa Municipal de Pavimentação e Urbanidades, desde que a credenciada esteja em situação regular perante as exigências habilitatórias para o credenciamento.

7.3. A recusa injustificada do (a) credenciado (a) em assinar o instrumento contratual e aceitar as Ordens de Serviço, dentro do prazo estabelecido no item 7.3, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o (a) credenciado (a) ao seu descredenciamento, além das sanções previstas da Lei Federal nº 13.303/2016 e no Regulamento Interno de Licitação e Contratos da Empav.

8. DOS RECURSOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

8.1. Das decisões da Comissão de Credenciamento que culminarem em deferimento ou indeferimento do pleito de credenciamento de qualquer proponente, poderá ser interposto recurso, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados do dia subsequente à intimação dos atos da Empav, assegurando-se em qualquer instância o direito à ampla defesa e ao contraditório, no prazo e forma da lei, manifestando-se previamente a Comissão de Credenciamento e a Unidade de Licitação sobre o pleito recursal.

8.2. A petição recursal devidamente fundamentada deverá ser enviada para o e-mail da Empav, licitacao@empavjf.com.br, aos cuidados da Comissão Própria de Licitação.

8.3. Os recursos serão recebidos e analisados pela Comissão de Credenciamento da Empav, ouvida a Subdiretoria Jurídica, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 13.303/2016 e suas alterações posteriores, bem como no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Empav.

8.4. As impugnações ao presente ato convocatório deverão ser dirigidas para o e-mail da Empav, licitacao@empavjf.com.br, em até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para o início da abertura para inscrição neste Credenciamento, podendo qualquer cidadão, inclusive, solicitar esclarecimentos e requerer providências, mediante solicitação fundamentada dirigida à Comissão de Credenciamento, que caberá decidir sobre a petição no prazo de até 03 (três) dias úteis seguintes.

8.5. A impugnação feita tempestivamente por pessoas jurídicas interessadas, não as impedirá de participar, se assim desejarem, deste Credenciamento.

8.6. Sendo necessário o adiamento da data para o início da abertura para inscrição neste Credenciamento ou havendo necessidade de modificação no Edital, a Empresa Municipal de Pavimentação e Urbanidades - Empav:

- a) Comunicará o fato aos interessados; e
- b) Republicará o Edital escoimado dos eventuais vícios constatados, reabrindo o prazo para o início da pré-qualificação.

8.7. As impugnações deverão ser apresentadas por meio eletrônico no e-mail licitacao@empavjf.com.br no prazo acima estipulado.

8.8. Nenhuma indenização será devida às pessoas jurídicas interessadas, pela elaboração e apresentação de documentação relativa ao presente Credenciamento, nem em relação às expectativas de contratação dela decorrentes.

8.9. Caberá recurso, com efeito suspensivo, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação no órgão de imprensa oficial do Município, nos casos de habilitação ou inabilitação do interessado na pré-qualificação.

8.10. O recurso interposto será publicado no site da Empav para acesso dos demais credenciados, que poderão contrarrazoá-lo no prazo de até 03 (três) dias úteis.

8.11. O recurso e contrarrazão referidos nos itens anteriores serão recebido no

e-mail da Empav licitacao@empavjf.com.br, e dirigidos à Comissão de Credenciamento, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. As retificações do Edital por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações obrigarão a todos os credenciados, os quais serão comunicados por meio de entrega pessoal ou por meio de correio eletrônico.

9.2. A Empresa Municipal de Pavimentação e Urbanidades poderá revogar o procedimento de Credenciamento por razões de interesse público, de conveniência ou oportunidade, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

9.3. Os interessados, ao participarem do Credenciamento, aceitam de forma integral e irrevogável todos os termos deste Edital e seus anexos, bem como as demais instruções que o integram.

9.4. As informações adicionais, se necessárias, serão fornecidas pela Unidade de Licitação da Empav, situada à Av. Brasil, 1055, Poço Rico, Juiz de Fora, no horário de 09h às 10h30 e das 13h30 às 16h30, ou, excepcionalmente, pelo telefone (32) 3215-6499.

9.5. Sempre que houver dúvidas de ordem legal, relacionadas aos termos deste Edital, as mesmas serão sanadas com fulcro na Lei nº 13.303/2016, considerando suas alterações posteriores e, se submetidas ao Poder Judiciário, prevalecerá o Foro da Comarca de Juiz de Fora/MG.

9.6. Não serão considerados motivos para descredenciamento, simples omissões ou erros materiais nos documentos apresentados, desde que sejam irrelevantes, não prejudiquem o seu entendimento e, principalmente, o processamento do credenciamento.

9.7. Este Edital para Credenciamento será devidamente divulgado no site do Município, e também no portal eletrônico oficial da empresa.

9.8. A Empav, durante o período de vigência deste Credenciamento e, ocorrendo a necessidade de novos credenciados, poderá publicar chamamento para este mesmo Edital, nas mesmas condições do presente instrumento.

9.9. São anexos deste Edital, que dele fazem parte integrantes:

ANEXO I	Estudo Técnico Preliminar
ANEXO II	Termo de Referência
ANEXO II-A	Declaração de Inexistência de Vínculos com a Administração Pública Direta e Indireta
ANEXO II-B	Declaração de Disponibilização de Plataforma Eletrônica Para Realização do Leilão Online
ANEXO III	Pedido de Credenciamento
ANEXO IV	Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo de Habilitação
ANEXO V	Declaração do Artigo 38 da Lei 13.303/2016 e do RILC
ANEXO VI	Declaração de Não Emprego
ANEXO VII	Instruções para envio das documentações de habilitação
ANEXO VIII	Minuta do Contrato

Juiz de Fora, assinado digitalmente.

Liciane Barbosa Crivellari
Diretora Administrativa e Financeira



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9215-1997-F509-A7A4

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LICIANE CRIVELLARI BARBOSA (CPF 805.XXX.XXX-20) em 02/12/2025 16:33:04 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/9215-1997-F509-A7A4>